

GT23: As migrações e a perspectiva antropológica em contextos de mobilidades e imobilidades

Maria Catarina Chitolina Zanin, Gláucia Assis

Este GT, ativo nas Reuniões da ABA desde 2006, tem buscado refletir sobre os diferentes contextos das mobilidades, tanto nas dimensões históricas como contemporâneas, nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, observa-se a mudança dos fluxos de mobilidade, com novas categorias jurídicas (migrante, refugiado, visto humanitário, solicitante de refúgio, asilado, entre outros) e nativas sendo atividades nos processos de trânsitos das fronteiras internas e internacionais. Pensando nos Estados (Estado-nação), mas também nas transnacionalidades e nas diferentes escalas de análise, propomos um GT que reflita acerca das possibilidades de diálogo entre essas dinâmicas e as perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia. Com a pandemia mundial de Covid 19, observaram-se mudanças nas mobilidade e também nas imobilidades nacionais e internacionais, com fronteiras sendo fechadas por questões de segurança sanitária, o que gerou, e tem gerado, novas formas e mecanismos de vivência dos projetos migratórios e de mobilidade, em diferentes escalas. A proposta deste GT é agregar trabalhos que tenham como perspectiva refletir e analisar processos e políticas migratórias, considerando que raça, gênero, classe, geração, etnia, religiosidade e outros marcadores influenciam as vivências cotidianas dos sujeitos em mobilidade, bem como as formas de acolhida e de interações interculturais.

Perspectivas políticas sobre migração e imagem: olhares a partir da antropologia visual

Autoria: Suzana Ramos Coutinho

O tema da mobilidade humana tem sido uma discussão central nas ciências humanas. Ainda que a proliferação e aceleração de migrantes transnacionais e a questão do que eles representam para diferentes pessoas e sociedades tenha se tornado uma questão central nos últimos anos, o advento da "era das migrações" ainda se constitui um desafio para o campo das ciências humanas, uma vez que suscita novos problemas epistemológicos e a demanda por novas metodologias e formas de representação. A proposta aqui é discutir, a partir de elementos teóricos, como se dá a construção das retóricas visuais em torno da experiência migrante. A imagem aqui se apresenta como objeto de reflexão sobre a responsabilidade de desconstruir estereótipos, buscando novas e transformadoras formas de visibilidade que não reproduzam meramente o discurso visual do governo ou dos meios de comunicação de massa, mas "desafiar a ordem política estabelecida revelando o que propositadamente e deliberadamente escondido, articulando o que ainda não foi dito e sugerindo alternativas viáveis ao status quo". (KÖHN 2016, p. 4).

[Trabalho completo](#)

Habitar a cidade: as experiências dos migrantes venezuelanos em situação de rua e a utilização e ressignificação dos espaços urbanos

Autoria: Ayanara

Habitar a cidade, faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, categoria "PIBIC-CNPq", edição 2021-2022 da Universidade Federal de Roraima com a orientação da Professora Lilian Leite Chaves e desenvolvido pela aluna Ayanara Costa Monteiro. A iniciação do projeto desencadeou dado ao fluxo massivo de imigrantes venezuelanos para Roraima devido à crise política, econômica e humanitária pela qual passa a Venezuela, desde 2016. A grande maioria desse fluxo desloca-se para a capital Boa Vista em busca de auxílios relativos à documentação, trabalho, alimentação, abrigo e entre outros. Parte desse fluxo, mesmo que de forma provisória, acaba se inserindo na capital e vivendo em situação de rua. É possível observar, que

a presença desse fluxo de migrantes venezuelanos dentro da cidade de Boa Vista, alteram a paisagem da cidade devido às suas ações nas ruas, ocupando espaços como terminais, praças, edifícios públicos e privados desativados, e demais espaços. O projeto, a partir da observação, da construção de cartografias do cotidiano e da escuta engajada, visa compreender como os migrantes venezuelanos utilizam e ressignificam os espaços urbanos, mostrando as suas estratégias de sobrevivência e as suas reflexões sobre a cidade e a forma como se inserem nela. Com isso, é importante compreender como os migrantes venezuelanos utilizam e ressignificam os espaços urbanos, por onde circulam e onde ocupam para se abrigarem ou pernoitar. Dentro das observações feitas pela bolsista e pela orientadora, percebemos e entendemos quais são as estratégias utilizadas pelos migrantes para se inserirem na cidade e suas formas práticas para sobreviverem dentro da cidade de Boa Vista. Além das observações feitas e com base nas discussões teóricas levantadas tanto pela bolsista quanto pela orientadora, mostraremos as reflexões dos migrantes desabrigados sobre as tentativas de alcançar os aspectos da casa nas ruas e nos demais espaços da cidade. O projeto está sendo executado através da observação dos migrantes em situação de rua nos espaços da Rodoviária de Boa Vista, nas principais avenidas que percorrem e são próximas à rodoviária como, por exemplo, Av. Venezuela, Av. Mário Homem de Melo e Av. Brigadeiro Eduardo Gomes. Por meio de conversas e entrevistas, com algumas pessoas que se mostrarem dispostas a compartilhar sobre as suas vivências na cidade, sem a realização de um recorte de gênero e nem mesmo de faixa etária, o projeto tem como objetivo alcançar a heterogeneidade presente nas ruas e demais espaços urbanos.

[Trabalho completo](#)

Idas-e-vindas de nordestinos pelo território nacional: uma diáspora brasileira?

Autoria: Iara Lalesca Calazans de Almeida

O presente resumo é resultado de trabalho de dissertação. Durante o mestrado, o tempo para que possamos responder questões que vão surgindo é exíguo. Ainda que, em muitos momentos, as dúvidas sejam trabalhadas de forma solitária pelos pesquisadores, as respostas precisam ser construídas em diálogo com outros □ no plural. Assim sendo, o objetivo da submissão deste trabalho é, através das colaborações que possam surgir no GT, pensar o fenômeno dos deslocamentos nordestinos em território nacional sob o conceito da diáspora ou, ao menos, com a colaboração da literatura destinada a pensar a diáspora. Tivemos como lócus empírico de análise a cidade de Américo Brasiliense, localizada na região central do estado de São Paulo e conhecida como "Cidade Doçura" por conta de a atividade canavieira aparecer, predominantemente, por muito tempo, como a principal fonte de renda do município. Condição essa que a tornou o destino de um grande contingente de migrantes vindos especialmente da região nordeste da Bahia. Por intermédio da categoria "baiano", articulada pelos moradores de Américo Brasiliense, e que aparece durante o trabalho de campo como uma categoria de identificação desses grupos de migrantes imbuída de teor preconceituoso, norteamos o nosso trabalho. Os "bairianos" em Américo Brasiliense, os "paraíbaes" no Rio de Janeiro, os "candangos" em Brasília, os "cabeças chatas", cearenses ou maranhenses, estão presentes nas narrativas preconceituosas que cercam grupos diversos que se retiraram do nordeste do país para ocupar múltiplos espaços em território nacional. A concepção no imaginário nacional de que para cima é tudo igual ou é tudo o Norte, é mais um sintoma de homogeneização desses indivíduos e que são enquadrados em categorias fechadas, orgânicas, como se fosse uma tentativa de excluir qualquer condição de singularidade humana. Qualidades selecionadas, ancoradas em possíveis traços originários dos grupos, são essencializadas não considerando nenhum processo de dinamicidade e transformação, como se fossem elementos de uma cultura orgânica. Tendo como referência trabalhos de intelectuais diaspóricos e pós-coloniais, como Stuart Hall, Edward Said e Hommi Babba, podemos encontrar condições para compreender os fluxos migratórios

nordestinos com características que se aproximam do conceito de diáspora. Nesse cenário, a formação de identidades em contextos de hibridez cultural, os impactos na vida social dos sujeitos envolvidos no fenômeno aqui analisado, decorrentes de uma dispersão, muitas vezes, caracterizada por um desenraizamento, bem como o processo de construção do outro, sustentado em narrativas dominantes em contextos de disputas, são aspectos que merecem destaque.

[Trabalho completo](#)

Explicando deslocamentos, escolhendo o "mal menor": partilhas como modos de gestão de mobilidades, fronteiras e populações

Autoria: David Danziger Regenberg

Historicamente, partilhas, como as da Índia (1947) e da Palestina (1947), são eventos de intensa violência coletiva, produzindo deslocamentos populacionais forçados e refugiados numa escala massiva a partir do estabelecimento de novas soberanias, novas fronteiras e novas relações de pertencimento nacional. Neste processo, propostas de partilhas pressupõem e engendram relações naturalizadas entre populações, atribuições de nacionalidade/religiosidade/etnicidade, territórios, fronteiras e Estados. Ou seja, articulam uma relação imediata, transparente e unívoca entre estes elementos numa tentativa de reorganizar o tecido político-social. Políticas de partilha implicam, então, movimentos migratórios que tensionam sua classificação entre transferência populacional e limpeza étnica, deslocamentos forçados e migrações legítimas. Assim, intensifica-se o sentido político da construção da distinção entre refugiados, migrantes e nacionais, ao mesmo tempo em que condições de possibilidade de permanecer ou de migrar são transformadas com base nestas distinções. Esta análise parte de uma etnografia ancorada na circulação de categorias da violência da partilha por múltiplos espaços, tempos e materialidades, focando mais especificamente na Partilha da Índia, na Partilha da Palestina e nas propostas de Partilha da Bósnia no começo dos anos 1990. Neste gesto, observo as relações fundamentais entre práticas de nomeação e formas de gestão internacional e imperial de territórios, populações e mobilidades, atentando em especial para as múltiplas capacidades de inscrição da violência através diferentes níveis, escalas e temporalidades, assim como para seus modos de oclusão, justificação e suas valências afetivas e morais. Gostaria, portanto, de contribuir com uma reflexão que coloque em jogo as relações entre modos de gestão de mobilidades e imobilidades populacionais e as tensões envolvidas em suas práticas de nomeação.

[Trabalho completo](#)

A língua como barreira para a cidadania: reflexões sobre as dificuldades para a comprovação do conhecimento em língua portuguesa no processo de naturalização brasileira

Autoria: Mariana Eunice Alves de Almeida

Guerras, perseguições e violações aos direitos humanos estão entre as principais razões de deslocamentos forçados no mundo, que fazem com que milhões de pessoas, todos os anos, busquem refúgio em locais diferentes da sua residência original. O Brasil, apenas nos anos de 2019 e 2020, recebeu mais de cem mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Como forma de acolher e proporcionar a reconstrução de suas vidas, o país que recebe essas pessoas em situação de refúgio deve prover as condições para sua integração local. Vista como um processo complexo, que demanda esforços tanto do migrante quanto do governo e da sociedade de acolhimento, a integração deve proporcionar ao migrante a possibilidade de exercer seus direitos mais básicos em condição de igualdade aos nacionais. Entretanto, a partir do momento que o migrante quer se naturalizar brasileiro, surgem algumas dificuldades. O processo de naturalização ordinária no Brasil exige a comprovação do conhecimento em língua portuguesa. Tido como um

dos fatores fundamentais do migrante no processo de integração, o ensino da língua portuguesa para esse público é ainda insuficiente no Brasil, o que coloca a exigência da comprovação de conhecimento da língua e a falta de oferta de cursos no país em xeque. Desta forma, o objetivo deste trabalho é refletir, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, sobre as dificuldades que os migrantes (em especial aqueles em situação de refúgio) enfrentam para comprovar seu conhecimento em língua portuguesa como requisito para o processo de naturalização brasileira. Concluímos que existe uma contradição ao se exigir (para que o migrante conquiste a total integração, ao menos do ponto de vista jurídico, e se torne um cidadão brasileiro) a comprovação do conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil, já que as iniciativas de ensino de língua para esse público não fazem parte das prioridades das políticas públicas de migração do país.

[Trabalho completo](#)

Circuitos transfronteiriços; movimentações mbya-guarani entre Brasil e Argentina

Autoria: Luna Mendes

Desenvolvo neste trabalho observações sobre a intensa movimentação do povo mbya-guarani pelo território latino-americano, atentando para nuances desse movimentar e descrevendo algumas concepções indígenas sobre território, cercas e fronteiras. Este trabalho deriva de minha pesquisa de doutorado realizada em comunidades mbya-guarani em Misiones na Argentina. Apesar de alguns atravessamentos específicos das relações com empreendimentos turísticos e da organização estatal argentina, me deparei com uma espécie de continuum entre parentes e aldeias argentinas e brasileiras, com um trânsito constante de pessoas (vindas também de países como Paraguai) que circulavam para realizar visitas ou mesmo mudanças mais estáveis. De modo que falar em mobilidade também é falar em parentesco, da presença ou da memória de relações entre pessoas que ativam um repertório de deslocamentos possíveis; procuro explorar o modo como este território é atravessado e constituído por essas redes de relações. Esses deslocamentos evidenciam comparações entre questões específicas dos modos como se vive em diferentes aldeias (modos de falar, práticas, questões políticas, ambientais, etc). A decisão pelas localidades com as quais se alinhar e por onde transitar envolve um debate sobre moralidades. Exploro aqui questões relativas ao debate sobre autonomia/vontade pessoal, no sentido de que são as pessoas que decidem elas próprias quando e para onde vão, mas o deslocamento é informado por questões de gênero, de parentesco, de alianças, dos cuidados por onde e como se pode andar (no sentido cosmológico dos seres que habitam as paisagens) e da onomástica mbya (fazer algo porque é uma característica do tipo de pessoa que se é).

[Trabalho completo](#)

Uma etnografia da "gestão pública" da migração Warao no Ceará em tempos pandêmicos.

Autoria: Arthur Felipe Lins de Souza Pontes, Leonardo Damasceno de Sá

Nas últimas décadas, os Warao estão sendo impelidos a migrar através do espaço nacional da Venezuela e mais recentemente transnacional. O Brasil se tornou um destino para muitos de seus grupos, que geralmente adentram o país pela região Norte, e, por vezes, se difundem pelas demais regiões. Algumas características socioculturais dos Warao, como suas redes familiares, atividades econômicas, seus costumes alimentares e seus modos de cuidado de si e da saúde vêm sendo objeto de conflitos com as leis, diretrizes, serviços impostos ou fornecidos pelas práticas de estatização dos agentes públicos brasileiros, demandando destes um enquadramento com as supostas particularidades apresentadas por esses povos e, por conseguinte, o direcionamento de suas ações de gestão pública para o acompanhamento dessas populações. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir alguns dos dispositivos institucionais cearenses para gerir as relações com os migrantes Warao entre 2021 e 2022. Interagimos, por um lado, com os agentes do Programa Estadual

de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará, que está associado à Coordenadoria de Cidadania da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos desse estado, e é composto pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e pelo Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante; e, por outro lado, com um grupo de migrantes Warao composto por sete redes familiares, 41 pessoas, residentes em Fortaleza desde 2021. A atenção etnográfica se volta para uma das "frentes" do Programa Estadual, as suas "formações", voltadas tanto aos agentes públicos do Ceará, quanto às populações migrantes que são o "público" da gestão desses agentes. Os funcionários da Habitafor, responsável pela concessão de moradia popular em Fortaleza, e os funcionários dos postos de saúde, por meio dessas formações, foram orientados, respectivamente, a considerarem a forma de organização domiciliar e doméstica desses migrantes, na qual convive um grande número de pessoas segundo os padrões dos agentes, e a respeitarem os seus costumes em torno da cura espiritual e da concepção sagrada do sangue. Já aos migrantes Warao, foram expostas representações do Estado brasileiro, como o mapa geográfico do país, e, nele, a reprodução gráfica dos percursos traçados pelo grupo ao longo de diferentes estados e regiões, assim como foram apontados "quem era o Estado", quais eram os seus "fluxos e hierarquias" e os "poderes que podem acionar", além de lhes ter sido defendida a ideia de se "lutar pelos seus direitos". Tudo indica que a etnografia dos Warao passa pela antropologia da administração pública brasileira e vice-versa, pelo menos no acesso etnográfico que nos foi possível construir até o momento.

[Trabalho completo](#)

Fluxos e Representações na Fronteira: O caso das gestantes haitianas que buscam atendimento médico em uma zona rural da República Dominicana.

Autoria: Teresa Amalia Garcia

Las relaciones entre la República Dominicana y Haití han sido desde siempre conflictivas. Desde los comienzos de la penetración francesa por el oeste de la isla en el siglo XVI, hasta nuestros días. Muchos estudiosos de diferentes áreas de las ciencias sociales se han dedicado a estudiar el origen y la naturaleza de esos conflictos. Entre ellos sobresalen los economistas que analizan los intercambios comerciales, sociólogos, algún que otro antropólogo, así como también ecologistas que enfocan sus estudios sobre el manejo de los recursos naturales que necesariamente tienen que compartir ambos países. Dado que la frontera es el límite de la nación, allí donde se encuentra el otro diferente, es el lugar de la isla donde esos conflictos se hacen más visibles. Sobre esta frontera existen muchos estudios realizados, mayoritariamente, por sociólogos trabajando para instituciones de desarrollo extranjeras o ONGs. Existen trabajos etnográficos, pero no son abundantes. Debido a que las condiciones materiales de vida son muy precarias en los villorrios haitianos próximos a la frontera, hacer trabajo de campo en esa zona de Haití es muy difícil y esto incide en las investigaciones, que enfocan mucho más el lado dominicano que el haitiano. No existen muchas etnografías sobre esta frontera, y dentro de los estudios realizados por otros científicos sociales, no hay casi nada sobre las zonas rurales. El trabajo que quiero presentar es una etnografía, realizada en una zona geográfica rural de la frontera dominico-haitiana, ubicada en el centro de la isla, que abarca ambos países. La zona se encuentra entre la provincia de Elías Piña, República Dominicana y el departamento Centre, Haití. El propósito fue analizar, a partir de las prácticas y, sobre todo, las representaciones empleadas por los participantes de la investigación, creencias, valores e ideas que orientan las relaciones entre dominicanos y haitianos en el contexto en cuestión. Tal análisis era necesario ya que si, por un lado, estas creencias, valores e ideas tienen sus raíces en un pasado relativamente distante y turbulento, por otro lado, siguen impactando directa e indirectamente los procesos de construcción social de la realidad en los tiempos actuales. El estudio fue realizado a través de los casos del flujo de mujeres embarazadas, que, viviendo en Haití, cruzan la frontera

buscando asistencia médica en el país vecino, y del personal médico y administrativo del hospital que los proporciona. Las opciones que ellas tienen en su país fueron también estudiadas: tipo, calidad y gama de servicios médicos ofertados. Tan importante como los servicios en sí mismos, es la viabilidad de acceder a ellos, por lo que ese aspecto fue también incluido en la pesquisa.

[Trabalho completo](#)

A (DES) configuração do espaço e o poder de acolher, controlar e esconder

Autoria: Denise Figueiró Mendes, Regina de Paula Medeiros

O fluxo migratório venezuelano para o Brasil teve expressivo aumento a partir de 2017, fazendo com que o governo federal se posicionasse em relação a uma política que tanto atendesse ao acolhimento desses imigrantes, quanto gerenciasse o caos que acometeu o estado de Roraima. Esse artigo tem por objetivo evidenciar os abrigos construídos e geridos, na sua maioria, pelo Exército brasileiro em Roraima, focando nos que se concentram na capital Boa Vista que, ao mesmo tempo que tem a propriedade de acolher aquele que chega numa situação vulnerável, tem, nos seus espaços, características que robustecem a estigmatização e a segregação desses imigrantes e refugiados venezuelanos na sociedade boa-vistense. Isso é evidenciado pelas normas e controle que estorvam a acessibilidade e a livre circulação desses imigrantes nos espaços públicos.

[Trabalho completo](#)

Waraos em Tinguá (Nova Iguaçu - RJ) e sua relação com a educação: registros etnográficos em curso

Autoria: Priscila Alantino

Este trabalho tem como objetivo, observar a vivência de uma família Warao que vive em Tinguá - Nova Iguaçu (RJ) e perceber como se organizam e lidam com a inserção das crianças e adolescentes na escola, dando ênfase a percepção e narrativa das mesmas. Como metodologia, foi utilizada revisão bibliográfica, entrevistas e observação participante, possibilitando a percepção de como tem se dado a integração e socialização deste grupo na sociedade e na escola e também, os problemas que envolvem este processo. Como parte de uma pesquisa ainda em fase inicial, muitos aspectos apresentados ainda serão aprofundados. O ano de 2015 deu início a entrada de venezuelanos no Brasil, na história recente, ainda com pouca expressividade, pois o número de entradas ainda era considerado baixo, entretanto, isto rapidamente mudou ao longo dos anos que se seguiram, devido, principalmente, à intensificação da crise econômica na Venezuela. Dentre os venezuelanos que chegaram ao Brasil, estão as etnias indígenas, das quais 65% são Warao, uma das mais antigas etnias da Venezuela, sendo até mesmo citada em registros pré-hispânicos. A vinda dos Warao, para o Brasil, assim como as demais, foi afetada pela COVID-19, a qual influenciou diretamente sua dinâmica migratória. Desmistificando a ideia do nomadismo indígena, a história dos Warao nos mostra que seus deslocamentos são forçados, servindo como estratégia de sobrevivência e manutenção da sua cultura. Parte desta estratégia também envolve o apagamento temporário de aspectos culturais, como forma de interação com a sociedade de acolhida, até que seja possível retornar ao local de origem. Esta estratégia é aprendida desde cedo, pelas crianças e adolescentes - devido a sua permanência durante longo período com as mães que são também suas primeiras educadoras -, o que facilita, de certa forma, a interação com eles, principalmente quando se trata da inserção das crianças e adolescentes na escola.

[Trabalho completo](#)

O "refúgio LGBTI" na esfera pública brasileira: dilemas contemporâneos a partir da

imigração venezuelana na Região Norte

Autoria: Lucas Odilon

Este artigo analisa a construção discursiva do "refúgio LGBTI" na esfera pública brasileira vis-à-vis práticas concretas de produção e gestão de imigrantes cis-hétero dissidentes no contexto da Operação Acolhida (iniciativa do governo federal em parceria com ONGs e agências humanitárias para gerir o fluxo de imigração venezuelana na região norte do país). Para tanto, descrevo como ideias, retóricas e práticas dos processos de formação de Estado e construção de nação no Brasil contemporâneo se combinam na produção de um grupo vulnerável: os "refugiados LGBTI". O refúgio motivado pela perseguição por orientação sexual e/ou identidade de gênero ganha contornos de problema internacional a partir da década de 1990, quando surgem os primeiros casos de refugiados reconhecidos nestas bases em países do norte global. Desde então, a relação entre gênero, sexualidade e migração forçada consolidou-se como um campo de produção teórica e prática articulado, sobretudo, à linguagem dos direitos humanos e difundido por agências multilaterais e ONGs transacionais, tornando a proteção internacional de sujeitos cis-hétero dissidentes um elemento estratégico em relações de poder globais historicamente assimétricas. O sistema de refúgio brasileiro não esteve imune a esta tendência. Nos últimos anos, o Comitê Nacional para os Refugiados e o Acnur Brasil deram atenção especial ao tema, promovendo eventos acadêmicos, lançando uma cartilha (ACNUR, 2017) e um levantamento quantitativo sobre as solicitações de refúgio com base em orientação sexual e identidade de gênero no país (ACNUR, CONARE, 2018). A maior publicidade dada a acolhida brasileira a "refugiados LGBTI" cumpre um papel importante na manutenção do alinhamento estratégico do país com valores "progressistas" em meio ao avanço local do que tem sido chamado de neoconservadorismo. No entanto, como aponta o trabalho de campo realizado nas cidades de Manaus (AM) e Boa Vista (RR), os dados oficiais sobre "refúgio LGBTI" no Brasil mostram um retrato limitado da presença de imigrantes cis-hétero dissidentes em território nacional. Primeiro, porque não capturaram o movimento de dezenas de milhares de imigrantes venezuelanos que se estabeleceram no norte do país, onde solicitaram refúgio ou residência temporária. Segundo, porque a complexa realidade dos fluxos mistos de imigração nessa região e as alternativas de regularização migratória disponíveis para nacionais venezuelanos no país dificultam a identificação desses sujeitos com a categoria "refugiado LGBTI", não obstante sua importância para as instituições imersas na rede de gestão humanitária de imigrantes ditos vulneráveis.

[Trabalho completo](#)

Sexualidade, gênero e diferença nas (i)mobilidades de brasileiros LGBTI+ nos Estados Unidos

Autoria: Bruno Nzinga Ribeiro

Nos últimos anos, as disputas, crises e alianças na geopolítica global têm provocado um progressivo endurecimento das políticas anti-imigratórias. No contexto das rotas que envolvem deslocamentos de brasileiros para os Estados Unidos, tais políticas têm operado por meio da restrição de concessão de vistos e do status de asilo e refúgio, da elevação das detenções nas fronteiras e da política de deportação por meio de cooperação bilateral. Nesse cenário, o mercado matrimonial, o turismo, os programas educacionais e de trabalho, as políticas humanitárias ou mesmo a burla às barreiras legais compõem um amplo conjunto de elementos acionados pelos sujeitos em meio aos seus projetos migratórios. Este é o pano de fundo da minha pesquisa de doutorado, ainda em fase inicial, em que eu intento explorar como sexualidade e gênero articulam-se a raça, classe e nação na constituição de (i)mobilidades vividas por brasileiros no contexto da migração para os Estados Unidos, com vistas a compreender como essas múltiplas diferenças atravessam essas experiências. O recorte empírico da pesquisa recai sobre migrantes "LGBT", dando seguimento a redes

de interlocutores identificadas durante meu mestrado e estágio de pesquisa no exterior (processos FAPESP: 2018/02183-9; 2019/14435-5). Assim, tenho como estratégia de pesquisa a produção de uma etnografia multissituada, por meio da qual acompanharei os sujeitos a partir de diferentes redes, com foco na gestação e desenvolvimento dos projetos migratórios, na circulação por diferentes regimes de mobilidade e em como tais experiências se situam numa paisagem transnacional. Nesta apresentação pretendo discutir as fases iniciais da pesquisas, enfocando a literatrura sobre migrações e diferenças e mobilizando material de trabalho de campo que está sem realizado neste momento, em um contexto de cooperação brasileira para a deportação de seus cidadãos indocumentados dos Estados Unidos e de efeitos importantes do aumento das políticas securitárias durante a pandemia.

[Trabalho completo](#)

Disputas e conflitos no espaço urbano do Centro Histórico de Florianópolis/SC: notas sobre o trabalho informal e a imigração.

Autoria: Paula Cruz Pimentel

Resumo: Os grupos de imigrantes de vendedores ambulantes presentes no espaço urbano no Centro de Florianópolis/SC, têm gerado inúmeras situações de tensões e disputas pelo espaço público entre os catarinenses e os que vêm "de fora", com isso se torna evidente a relevância de temas que estão ligados ao mundo do trabalho e a ausência de políticas públicas com foco no acolhimento dos imigrantes no Brasil. A situação de vulnerabilidade social que enfrentam esses trabalhadores empurram-os para o trabalho informal, principalmente, no contexto de sucessivas crises econômicas globais. Contudo, o fluxo migratório se manteve entre os países emergentes, como o caso do Brasil e Haiti. O Haiti, situado geograficamente na América Central, possui uma instabilidade política, ausência de direitos sociais e políticos. O fenômeno migratório é considerado um "fato social total" e esses deslocamentos acontecem mundialmente, nesse sentido, realizei algumas entrevistas com migrantes e utilizei a plataforma RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), utilizada como auxílio para a fonte de dados quantitativos no que se refere aos índices de migração, renda e emprego em Florianópolis/SC com objetivo de mapear a realidade social.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

